



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 7.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/02/2026

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 11/02/2026

BREVES COMUNICAÇÕES

Clarissa Tércio (PP - PE) - A Deputada criticou a homenagem prevista ao Presidente Lula no Carnaval da Sapucaí, apontando uso de recursos públicos em ano eleitoral. Afirmou que a iniciativa ocorreu em meio a filas no SUS, aumento de impostos e problemas na educação, citando 45 mil alunos cegos que teriam ficado sem livros em braille. Informou que a promoção de Governo com dinheiro do contribuinte contrariou a legislação e os princípios da impessoalidade. Solicitou esclarecimentos ao Ministério da Cultura sobre edital e critérios adotados e acionou o Tribunal de Contas da União para apurar possíveis irregularidades. Também parabenizou a atuação conjunta da Câmara e do Senado na fiscalização do caso.

Rosana Valle (PL - SP) - A Deputada informou que a Câmara aprovou o regime de urgência do Projeto de Lei nº 41, de 2026, de sua autoria, que altera o art. 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever a possibilidade de aplicação da medida socioeducativa de internação nos casos de ato infracional praticado com extrema crueldade contra a vida de animal não humano. Citou o caso do cachorro Orelha, que gerou comoção nacional e envolveu menores, e apontou lacuna na legislação, que não prevê maus-tratos a animais como fundamento para medida mais grave. Informou que a proposta buscou dar respaldo legal e evitar impunidade. Defendeu a redução da maioria penal em crimes hediondos e mencionou a destinação de mais de R\$ 3 milhões para castrações em São Paulo.

Pr. Marco Feliciano (PL - SP) - O Deputado fez críticas ao Carnaval, afirmando que a festa, financiada com recursos públicos, gerou impactos sociais e familiares negativos. Associou o período ao aumento de consumo de álcool e drogas, à erotização de crianças e a casos de gravidez e conflitos conjugais. Também questionou a homenagem ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por escolas de samba em ano eleitoral, apontando possível promoção política com dinheiro público. Em outro momento, pediu ao Supremo Tribunal Federal a concessão de prisão domiciliar ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, citando questões de saúde e comparando o caso ao de Fernando Collor. Fez apelo por revisão da medida e por reflexão da sociedade durante o período festivo.

Pauderney Avelino (UNIÃO - AM) - O Deputado denunciou o que classificou como um dos maiores escândalos financeiros da República, envolvendo o suposto banqueiro Daniel Vorcaro e instituições como o Banco Master e o Fictor. Questionou a atuação do Banco Central diante de operações que teriam causado prejuízos bilionários a fundos públicos e privados, citando perdas de R\$ 56 milhões no Amazonas, R\$ 400



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 7.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/02/2026

milhões no Amapá e R\$ 1 bilhão no Rio de Janeiro, além de R\$ 12,2 bilhões investidos pelo BRB. Informou que o Fundo Garantidor de Créditos poderá desembolsar mais de R\$ 50 bilhões. Cobrou transparência do Supremo Tribunal Federal e divulgação das investigações da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, defendendo responsabilização dos envolvidos.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado cobrou responsabilização no caso envolvendo o Banco Master e operações do BRB, após relato do Deputado Pauderney Avelino sobre prejuízos bilionários. Afirmou que o Governador do Distrito Federal autorizou a compra de R\$ 12,2 bilhões em títulos que classificou como “podres” e defendeu sua prisão. Informou que o caso envolve autoridades de alto escalão e estaria sob sigilo no Supremo Tribunal Federal. Também citou a renúncia de um diretor do BRB em meio às investigações. Pediu atuação da Polícia Federal e atenção da imprensa para apuração completa dos fatos e responsabilização dos envolvidos.

Cobalchini (MDB - SC) - O Deputado destacou o envio à Câmara do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia, após 25 anos de negociações. Apoiou a decisão do Presidente da Casa, Deputado Hugo Motta, de pautar a matéria com prioridade, sob relatoria do Deputado Arlindo Chinaglia. Informou que o tratado ampliou o acesso do Brasil a um mercado de 720 milhões de consumidores e previu a eliminação de tarifas em cerca de 91% dos produtos do Mercosul, com redução mais rápida do lado europeu. Afirmou que o agronegócio seria beneficiado, além de setores como indústria, logística e finanças.

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado anunciou a presença, na Câmara, de delegação do Município de São Pedro, no interior de São Paulo. Apresentou a professora Scheila, Vice-Presidente da ONG Kayapó; Rogério Bosqueiro, Secretário de Meio Ambiente e Agricultura; e Paula Gonçalves, engenheira ambiental. Informou que o grupo cumpriu agenda em Brasília (DF) para dialogar com Ministérios e discutir projetos de interesse do município. Afirmou que a missão buscou parcerias com o Estado brasileiro e ressaltou o papel da Casa na recepção de representantes locais. Destacou a atuação da comitiva como representante da cidade junto ao Governo Federal.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado criticou a possibilidade de uso do Carnaval do Rio de Janeiro para promoção eleitoral do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, citando trecho de samba-enredo da escola Acadêmicos de Niterói (RJ). Afirmou que recursos públicos estariam sendo utilizados para propaganda antecipada e informou que o Partido Novo acionou o Tribunal de Contas da União e o Tribunal Superior Eleitoral para apurar o caso. Ressaltou que o Ministro Aroldo Cedraz solicitou informações ao Governo. Também mencionou orientação da Advocacia-Geral da União para que ministros evitassem participação no



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 7.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/02/2026

evento. Defendeu o fim do financiamento público para ações que possam configurar promoção político-partidária.

Pezenti (MDB - SC) - O Deputado denunciou a crise enfrentada por produtores de cebola no Sul do Brasil e apresentou exemplos de preços pagos ao agricultor. Informou que enquanto o consumidor pagou R\$ 9,90 pelo quilo no mercado, o produtor recebeu entre R\$ 0,80 e R\$ 0,40, havendo casos em que não houve remuneração. Afirmou que a categoria acumulou duas safras com prejuízo e criticou cortes no Proagro, atrasos na subvenção do Seguro Rural e dificuldades de acesso ao crédito do Plano Safra. Defendeu prorrogação de dívidas, ampliação do bônus do PGPAF e extensão de prazos de custeio, pedindo apoio de Parlamentares para atender às demandas do setor.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou o desfile da escola Acadêmicos de Niterói no Grupo Especial do Rio de Janeiro, apontando uso de recursos públicos para promoção eleitoral em ano de eleição. Mencionou repasses que somariam R\$ 8 milhões, incluindo verbas municipais e da Embratur, e citou recomendação da Advocacia-Geral da União para que ministros não participassem do evento. Leu trecho do artigo 37 da Constituição, que trata dos princípios da administração pública, e questionou a presença de referências ao número 13 no samba-enredo. Informou que o Partido Novo acionou o Tribunal de Contas da União e outras instâncias para apuração do caso e defendeu a anulação do desfile caso constatada irregularidade.

Ribeiro Neto (PRD - MA) - O Deputado apresentou sua trajetória política e prioridades iniciais no mandato na Câmara dos Deputados. Destacou a experiência como Vereador em São Luís (MA), onde afirmou ter aprovado 113 leis, entre elas a criação do Fundo Municipal de Combate ao Câncer, financiado com parte da taxa de iluminação pública. Informou que já protocolou quatorze projetos de lei voltados para saúde, esporte, educação e cultura e ressaltou a atuação como membro titular da Comissão de Constituição e Justiça. Também mencionou resultados de gestão na Policlínica do Cohatrac e defendeu políticas públicas baseadas na escuta das comunidades.

Leônidas Cristino (PDT - CE) - O Deputado criticou mudanças no exame prático para obtenção da CNH propostas pelo Ministério dos Transportes, afirmando que a flexibilização pode aumentar riscos no trânsito ao permitir a habilitação de condutores menos preparados. Destacou dados divulgados pela Antaq sobre o desempenho do setor aquaviário em 2025, com movimentação total de 1,4 bilhão de toneladas e crescimento do granel sólido e da cabotagem. Também elogiou a atuação do Ministério de Portos e Aeroportos e registrou reconhecimento a dirigentes do setor.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 7.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/02/2026

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada fez um balanço de sua atuação como Líder da Federação PSOL REDE, destacando um ano que classificou como difícil e marcado por disputas políticas intensas no Congresso. Criticou iniciativas que, segundo ela, ameaçaram a democracia, o meio ambiente e os direitos sociais, além de apontar pressões externas sobre a soberania brasileira. Ressaltou conquistas que atribuiu à mobilização popular e à articulação política, como medidas tributárias voltadas à população de menor renda. Também destacou a importância da participação das ruas na defesa da democracia e anunciou a transição da liderança para o Deputado Tarcísio Motta.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado criticou o Poder Judiciário e decisões recentes do Supremo Tribunal Federal relacionadas à política de drogas. Afirmou que leu notícia sobre voto do Ministro Gilmar Mendes em julgamento envolvendo descriminalização do porte de cocaína para uso pessoal e classificou a situação como preocupante. Também argumentou que decisões desse tipo prejudicam o ordenamento jurídico e manifestou discordância com o que chamou de posicionamento inadequado da Corte. Por fim, defendeu reação do Congresso Nacional diante do tema e reforçou críticas ao que considera excessos do Supremo em matérias sensíveis à segurança pública e à legislação penal.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado afirmou que propostas do PSOL teriam prejudicado projetos de desenvolvimento e infraestrutura em Mato Grosso. Declarou que ações judiciais atribuídas ao partido resultaram na paralisação de uma ferrovia no Estado, com impactos na logística e na economia regional. Também criticou propostas relacionadas à jornada de trabalho, citando o debate sobre o modelo 6 por 1.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada relembrou dados sobre fome e insegurança alimentar durante o Governo Bolsonaro, citando milhões de brasileiros afetados e impactos da pandemia, incluindo atraso na vacinação. Afirmou que o Brasil passa por processo de reconstrução e defendeu a atuação do PSOL em pautas sociais e trabalhistas. Também mencionou o debate sobre a escala 6 por 1, relacionando a jornada a categorias profissionais com rotinas exaustivas e baixa remuneração. Ao final, destacou propostas de enfrentamento ao feminicídio e a defesa da taxação de grandes fortunas.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado relatou atuação no Conselho de Ética em processo que poderia resultar na suspensão de seu mandato e de outros Parlamentares, após manifestação na Mesa Diretora. Criticou denúncias apresentadas por adversários políticos e afirmou confiança no arquivamento da ação. Também questionou decisões do Supremo Tribunal Federal em casos relacionados ao 8 de janeiro e à prisão de Filipe Martins, apontando irregularidades processuais. Por fim, agradeceu à equipe de defesa jurídica e solicitou apoio de colegas para instalação de CPI sobre abuso de autoridade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 7.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/02/2026

Daniel Barbosa (PP - AL) - O Deputado defendeu proposta pelo fim da escala 6 por 1, apresentando o tema como debate sobre reorganização das jornadas e revisão do modelo de desenvolvimento. Afirmou que a jornada tradicional perdeu sentido diante da automação e da digitalização, citando experiências internacionais com semanas mais curtas e resultados positivos em produtividade e qualidade de vida. Também argumentou que a redução da jornada ampliou convívio familiar, oportunidades de qualificação e preservação da saúde do trabalhador. Ao final, declarou que empresas com jornadas equilibradas retiveram talentos, reduziram custos operacionais e estimularam o consumo em setores culturais e de serviços.

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado lamentou a morte da ativista Regina Próspero, em Itápolis (SP). destacou sua atuação na defesa de pessoas com doenças raras e lembrou a criação da Lei nº 13.122, de 2015, relacionada à mucopolissacaridose. Também tratou da proposta de redução da jornada de trabalho e do fim da escala 6 por 1, citou expectativa de envio de projeto pelo Governo Federal e defendeu a medida como forma de ampliar convívio familiar, qualificação e qualidade de vida dos trabalhadores.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado utilizou a tribuna para apresentar representantes políticos da cidade de Parobé (RS). Mencionou os Vereadores Bora e Belchior, além do assessor Inácio Knecht, conhecido como Alemão, e destacou a atuação deles na política municipal. Também afirmou que os convidados representavam exemplos de dedicação às suas comunidades e ressaltou características da cidade, descrita como progressista e hospitaleira.

Henderson Pinto (MDB - PA) - O Deputado alertou para risco sanitário na cadeia do cacau e afirmou que a produção brasileira poderia ser gravemente afetada caso medidas não fossem adotadas. Citou a Instrução Normativa nº 125/2021, que retirou a obrigatoriedade do uso do brometo de metila no controle sanitário de amêndoas de cacau importadas, e argumentou que a mudança aumentou o risco de entrada de pragas exóticas no país. Comparou o cenário ao impacto histórico da vassoura-de-bruxa na Bahia. Relatou reunião no Ministério da Agricultura com participação do Governador do Pará, Helder Barbalho, produtores e entidades, para cobrar providências e a revisão da norma. Também apontou queda expressiva no preço do cacau, mencionando que o valor atual representava cerca de 20% do registrado meses antes. Defendeu proteção ao produtor nacional e afirmou que, no cenário atual, os maiores beneficiados seriam exportadores estrangeiros e a indústria, enquanto a Amazônia enfrentaria aumento do desemprego. Ao final, disse que aguardaria avaliação do Governo até o fim do mês e reafirmou mobilização em defesa do setor.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado informou que assumiu uma das vice-presidências da Comissão de Minas e Energia (CME) e afirmou que a função poderia fortalecer a defesa de Rondônia e do setor



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 7.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/02/2026

energético e mineral. Em seguida, criticou decisão judicial que autorizou a retomada da cobrança de pedágios na BR-364, principal rodovia do Estado. Argumentou que a concessionária estaria cobrando tarifa sem ter realizado obras no trecho e classificou a situação como prejuízo para produtores rurais, logística e economia regional. Defendeu que a cobrança deveria ocorrer apenas após a entrega de melhorias e afirmou manter posição contrária ao modelo adotado. Ao final, reiterou indignação com a retomada do pedágio e associou a medida a uma política de aumento de custos para a população, cobrando mais atenção às necessidades de infraestrutura de Rondônia.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada defendeu a educação como política estruturante e articuladora de direitos, afirmando que a qualidade do ensino impactava áreas como saúde, ciência, emprego e cultura. Sustentou que o fortalecimento educacional seria essencial para superar heranças históricas e evitar retrocessos democráticos, citando episódios ligados à ditadura e à tentativa de golpe. Em seguida, apresentou indicadores atribuídos ao Governo Federal, como aumento da alfabetização na idade certa, expansão de escolas em tempo integral, redução da evasão no ensino médio, crescimento das matrículas na educação profissional e ampliação da conectividade escolar. Também citou ações sociais e econômicas, como redução do desemprego, retirada do Brasil do Mapa da Fome e isenção de Imposto de Renda para quem ganhava até R\$ 5 mil. Ao tratar do Distrito Federal, criticou o Governo local, apontando problemas na saúde pública e denunciando suspeitas envolvendo o Banco de Brasília (BRB) e o Banco Master, além de questionar gastos e prioridades. Por fim, mencionou denúncias sobre *outdoors* financiados por bombeiros e comparou reajustes salariais concedidos em gestões distintas, atribuindo os aumentos recentes ao Governo Federal.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado registrou a presença de três Vereadores do Município de Ijuí (RS) na Câmara, identificando-os como Daniel, Almiro e Giovani, e destacou suas trajetórias políticas locais. Mencionou vínculos familiares e desempenho eleitoral, apontando Giovani como o mais votado. Elogiou a atuação dos Vereadores e afirmou que eles representavam lideranças comprometidas com a cidade e com a política municipal. Também associou a visita ao fortalecimento do Partido Liberal (PL) no Rio Grande do Sul e defendeu valores ligados à família e ao patriotismo. Ao final, fez críticas ao Governo Federal e declarou que o grupo atuaria para construir uma alternativa política no país.

General Girão (PL - RN) - O Deputado registrou a presença de visitantes nas galerias, destacando seu sobrinho Bruno Saldanha, profissional da Petrobras, e o chefe dele, Júnior. Afirmou que ambos atuavam em uma das principais empresas do país e agradeceu o trabalho realizado em favor do Brasil. Em seguida, fez críticas a adversários políticos, acusando-os de não valorizarem o interesse nacional e de manterem proximidade com criminosos. Também associou a divisão ideológica do Plenário a posições contrárias,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 7.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/02/2026

reforçando a polarização. Ao final, reiterou as boas-vindas aos visitantes e agradeceu a oportunidade de se manifestar.

Carla Dickson (UNIÃO - RN) - A Deputada se apresentou como evangélica e afirmou que seus princípios eram baseados na Bíblia. Em seguida, criticou declarações atribuídas ao Presidente Lula sobre a atuação política junto a igrejas evangélicas e disse ter se sentido ofendida, argumentando que evangélicos não deveriam ser tratados como base eleitoral dependente de benefícios sociais. Defendeu que fiéis contribuem com impostos e desempenham papel social por meio de ações de acolhimento, combate às drogas e apoio a comunidades terapêuticas. Também reiterou posição contrária ao aborto e acusou o Governo de apoiar pautas que, segundo ela, contrariavam valores cristãos. Ao tratar do contexto eleitoral, usou referência bíblica para criticar a troca de voto por vantagens materiais, citando o exemplo de Esaú e Jacó. Por fim, afirmou que haveria incompatibilidade entre ser evangélico e se identificar com a esquerda, encerrando com tom de denúncia política e religiosa.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado manifestou solidariedade à amiga e professora Bianca, do Rio de Janeiro, pela morte do filho Matteo Souza Belfiori, de 23 anos. Destacou a trajetória da homenageada como educadora comprometida com a democracia e com a luta social no Estado. Por fim, reiterou as condolências oferecendo apoio, oração e reconhecimento à dor da mãe enlutada.

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado relatou evento na Bahia em que foram entregues 143 veículos em ato com participação do Presidente Lula e autoridades. Destacou que 107 ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) foram destinadas à renovação de frota de Municípios com veículos antigos, além de 36 veículos vinculados ao Programa Brasil Sorridente e 405 equipamentos para unidades básicas de saúde. Defendeu os programas como políticas públicas de atendimento universal, sem distinção partidária. Também explicou o funcionamento das emendas parlamentares, afirmando que Deputados atuavam como indicativos e que a execução dependia de planos de trabalho apresentados pelos Municípios, analisados tecnicamente por Ministérios e pagos após aprovação. Ressaltou que a prestação de contas ocorre junto a tribunais e órgãos de controle. Por fim, afirmou que o Congresso fortalece o municipalismo ao direcionar recursos para saúde, infraestrutura, cultura e serviços públicos.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado criticou o que classificou como propaganda eleitoral antecipada envolvendo homenagem ao Presidente Lula por uma escola de samba de Niterói (RJ), citando possível uso de recursos públicos e participação da Primeira-dama. Argumentou que a situação poderia configurar irregularidade e cobrou que a Justiça Eleitoral adotasse o mesmo rigor aplicado ao ex-Presidente Bolsonaro



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 7.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/02/2026

em decisão de inelegibilidade. Mencionou alerta da Advocacia-Geral da União (AGU) sobre risco de caracterização de campanha antecipada e ironizou a condução do episódio, sugerindo que o Governo estaria assumindo riscos em ano eleitoral. Ao final, afirmou que o caso poderia favorecer a oposição e usou tom de provocação política ao comentar o cenário.

Mauro Benevides Filho (PDT - CE) - O Deputado contestou acusações de “gastança” do Governo Federal e afirmou que os dados oficiais do Tesouro Nacional indicaram estabilidade das despesas entre 2024 e 2025. Sustentou que a despesa primária como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) variou pouco, de 18,67% para 18,8%, e que a despesa obrigatória permaneceu praticamente no mesmo patamar, em torno de 17,1% do PIB. Também destacou o pagamento de R\$ 42 bilhões em precatórios em 2025, argumentando que, sem esse valor, a despesa primária teria sido menor. Além disso, afirmou que o Governo ampliou a margem de despesas discricionárias, citando aumento de 1,56% para 1,61% do PIB, e criticou interpretações que apontavam deterioração fiscal. Ao abordar juros, disse não haver justificativa técnica para a taxa real elevada, argumentando que um déficit primário em torno de R\$ 40 bilhões não explicaria a política monetária vigente. Por fim, declarou que análises divulgadas sobre aumento descontrolado de gastos estariam equivocadas.

Carla Dickson (UNIÃO - RN) - A Deputada criticou o Presidente Lula, afirmando haver uma suposta tentativa de aproximação política com igrejas evangélicas e fazendo comparações com regimes comunistas, como o da Coreia do Norte. Alertou para riscos que o cristianismo enfrentaria diante do comunismo, dirigindo-se especialmente à comunidade evangélica.

General Girão (PL - RN) - O Deputado dirigiu-se aos militares e ao Superior Tribunal Militar para defender integrantes das Forças Armadas que serão julgados injustamente por acusações relacionadas a uma suposta tentativa de golpe. Criticou o que chamou de inversão de valores e estado de exceção, questionou a atuação do Ministério Público Militar e fez apelos por justiça e preservação da honra dos militares.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado comentou uma operação policial relacionada ao Banco Master em Balneário Camboriú (SC), citando a apreensão de dinheiro arremessado pela janela e criticando supostos casos de corrupção. Defendeu a atuação da Polícia Federal, afirmou que recursos desviados pertencem à população e fez críticas ao Governo, acusando-o de proteger pessoas envolvidas em irregularidades.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado rebateu críticas da Oposição sobre o caso do Banco Master, defendendo que o atual Governo permite e fortalece as investigações da Polícia Federal. Criticou Parlamentares do PL, mencionou irregularidades envolvendo políticos do partido e defendeu a responsabilização de militares e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 7.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/02/2026

aliados do ex-Presidente Jair Bolsonaro, afirmando que a Justiça deve agir para punir crimes e preservar a imagem das Forças Armadas.

Maurício Marcon (PL - RS) - O Deputado criticou o Governo Lula e Parlamentares do PT no contexto do caso Banco Master, associando o episódio a corrupção e afirmando que a Esquerda estaria tentando culpar a Direita. Defendeu que Parlamentares da Direita querem investigar o caso e acusou a Esquerda de não apoiar a investigação por interesses políticos.

Danilo Forte (UNIÃO - CE) - O Deputado destacou a aprovação de estudantes de Itapajé (CE) em cursos de Medicina e mencionou investimentos em educação viabilizados por emendas parlamentares. Também abordou investigações relacionadas a denúncias de tráfico internacional de pessoas envolvendo jovens cearenses, defendendo o aprofundamento das apurações por meio de CPI e atuação de órgãos federais. Além disso, criticou o veto presidencial à busca ativa para restituição de valores descontados indevidamente de aposentados e pensionistas do INSS, defendendo a derrubada do veto. Por fim, tratou da segurança pública, apontando a atuação do crime organizado e defendendo medidas legislativas mais rigorosas para enfrentamento da criminalidade.

Mauro Benevides Filho (PDT - CE) - O Deputado informou que o Supremo Tribunal Federal voltará a analisar a questão da carga horária relacionada ao piso nacional da enfermagem, após decisão anterior que fixou 44 horas semanais. Destacou que um novo parecer prevê ajuste para 40 horas, enquanto defende proposta legislativa com jornada de 36 horas. Destacou que o julgamento virtual ocorrerá entre 27 de fevereiro e 6 de março de 2026, considerando a reanálise positiva para a categoria.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado parabenizou o anúncio sobre a reanálise da carga horária da enfermagem e defendeu projeto que estabelece jornada de 30 horas semanais para a categoria. Também solicitou apoio a proposta de sua autoria para incluir a peregrinação ao santuário de São Raimundo dos Mulundus, no Maranhão, no calendário oficial de eventos turísticos nacionais. Além disso, pediu a instalação de uma CPMI para investigar o caso envolvendo o Banco Master, citando operação policial recente.

Sargento Portugal (PODE - RJ) - O Deputado criticou decisões administrativas da Polícia Militar do Rio de Janeiro relacionadas a regras para dispensas médicas durante o período de Carnaval, afirmando que as medidas prejudicam policiais doentes e demonstram falta de valorização da tropa. Também denunciou sobrecarga de trabalho, condições precárias, ausência de recomposição salarial e cobrou o Governo Estadual por melhorias na gestão da segurança pública e no tratamento dado aos servidores.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 7.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/02/2026

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado criticou o uso de recursos públicos no carnaval do Rio de Janeiro, alegando que haveria promoção política do Presidente Lula por meio de um enredo carnavalesco. Também mencionou acusações e escândalos associados a governos do PT, questionando a narrativa apresentada e afirmando que se trataria de propaganda eleitoral antecipada custeada pelo dinheiro público.

Sargento Portugal (PODE - RJ) - O Deputado agradeceu ao soldado Tobias por encaminhar um registro sobre a situação de policiais afastados por motivo de saúde. Ainda sobre o assunto, afirmou que, enquanto a Lei de Execuções Penais autorizou a presos doentes o cumprimento de prisão humanitária em casa, agentes de segurança permaneceram obrigados a ficar recolhidos em unidades militares. Ressaltou ainda que o contraste expôs tratamento desigual entre quem cometeu crime e quem atuou na defesa da sociedade. Também comentou sobre o carnaval no Rio de Janeiro e declarou que a ausência de segurança resultava de falhas do Governo Estadual, isentando a atuação das forças policiais.

Sargento Fatur (PSD - PR) - O Deputado afirmou que Parlamentares do PT recorreram a fatos de 1964 para criticar adversários e avaliou que o Governo Lula apresentou resultados negativos. Em seguida, apontou mudança de postura da Esquerda em relação à Polícia Federal, lembrando críticas feitas à instituição durante investigações que levaram à prisão do então ex-Presidente Lula. Enfatizou que a corporação manteve atuação constante e deveria seguir com apurações sobre casos recentes, inclusive suspeitas envolvendo o Banco Master. Também manifestou ceticismo quanto à punição de lideranças políticas envolvidas no caso e comparou o cenário atual ao período do Governo Bolsonaro, que registrou menos corrupção.

Roberto Monteiro Pai (PL - RJ) - O Deputado tratou da circulação de conteúdos nas redes durante o período eleitoral. Relatou casos em que pessoas se apresentaram como líderes religiosos e divulgaram mensagens enganosas, citando episódio ligado ao carnaval no Rio de Janeiro. Ademais, alertou o público para não conceder credibilidade automática a informações vistas no celular e avaliou que haveria tentativa de gerar desmobilização entre eleitores cristãos. Por fim, defendeu maturidade diante do debate político e afirmou que representantes públicos precisam manter trabalho contínuo junto à população.

Soldado Noelio (UNIÃO - CE) - O Deputado celebrou a chegada ao mandato federal e agradeceu à família, aliados e eleitores pelos quase 43 mil votos recebidos no Ceará. Também relembrou a trajetória como Vereador e Deputado Estadual e afirmou que a posse representou uma conquista construída com apoio popular. Declarou que atuará como representante das forças de segurança, incluindo policiais militares, bombeiros, policiais civis e agentes socioeducadores, além de defender optometristas. Também citou a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 7.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/02/2026

situação de comunidades afetadas por facções e cobrou do Governo Estadual respeito aos trabalhadores. Ao finalizar, mencionou a defesa do cumprimento da Lei Orgânica e do escalonamento salarial.

Ribeiro Neto (PRD - MA) - O Deputado saudou a chegada do Deputado Soldado Noelio à Câmara e colocou o mandato à disposição para atuação conjunta em favor do País. Relembrou que também iniciou a legislatura no começo do mês e mencionou agradecimentos feitos à família, amigos e correligionários em sua primeira manifestação. Além disso, afirmou ter se emocionado com o pronunciamento do colega e demonstrou expectativa de parceria nos trabalhos legislativos. Concluiu desejando êxito na trajetória do Parlamentar cearense e reforçou a disposição para construir ações em cooperação.

Defensor Stélio Dener (REPUBLICANOS - RR) - O Deputado chamou a atenção da Mesa Diretora e do Congresso para o reajuste superior a 24% na tarifa de energia elétrica em Roraima, homologado por resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em janeiro. Em seguida, afirmou que nenhum Estado aceitaria aumento dessa magnitude em período eleitoral e questionou por que a população roraimense deveria arcar com o impacto após décadas de espera pela interligação ao sistema nacional. Ademais, relatou agendas na agência reguladora e a apresentação de requerimento sobre o tema, sem retorno. Ao concluir, pediu mobilização do Parlamento e apelou para que a demanda chegasse ao Presidente da República.

Heitor Schuch (PSB - RS) - O Deputado destacou que há anos denunciava as irregularidades no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), como fraudes no crédito consignado, descontos não autorizados de aposentados e pensionistas e falhas no atendimento aos segurados. Sustentou que as investigações da Polícia Federal e as prisões autorizadas pela Justiça confirmaram suas advertências, além de ressaltar a atuação da Casa na instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS. Ademais, criticou Parlamentares que divulgaram informações falsas sobre o apoio à investigação parlamentar. Por fim, lembrou que já havia alertado para suspeitas relativas à compra do Banco Master pelo Banco de Brasília (BRB) e questionou os impactos adversos da liquidação do Banco Master sobre aposentados e pensionistas de dezoito Estados e Municípios que aplicaram recursos na instituição.

Soldado Noelio (UNIÃO - CE) - O Deputado denunciou o avanço das facções criminosas no Ceará, destacando que trabalhadores vêm sendo expulsos de cidades como Sobral (CE) e que comerciantes são coagidos a pagar percentuais sobre produtos vendidos, inclusive água. Relatou ainda que provedores de internet teriam sido submetidos a exigências semelhantes e que visitou base da Polícia Militar cuja conexão à rede seria operada por organização criminosa. Ademais, condenou o Governador do Estado, filiado ao Partido



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 7.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/02/2026

dos Trabalhadores (PT), pelo aumento da criminalidade. Por fim, comprometeu-se a continuar defendendo o povo cearense e apontou os Estados de Goiás e de São Paulo como exemplos de combate à violência.

Marcon (PT - RS) - O Deputado denunciou o aumento dos casos de feminicídio, com destaque para o Rio Grande do Sul, afirmando que, nos primeiros quarenta dias do ano, treze mulheres foram mortas no Estado. Além disso, responsabilizou o Governo Bolsonaro pelo aumento da violência e defendeu o fim da cultura de agressão contra as mulheres. Anunciou ainda que apresentará projeto de lei para identificar publicamente agressores, como forma de enfrentamento ao problema. Ademais, parabenizou o Partido dos Trabalhadores (PT) pelos 46 anos de fundação, ressaltando sua trajetória, as vitórias eleitorais do Presidente Lula e da ex-Presidenta Dilma Rousseff bem como a defesa de reformas estruturantes. Por fim, manifestou confiança na reeleição do Presidente Lula e na continuidade do projeto partidário.

Ribeiro Neto (PRD - MA) - O Deputado denunciou o caos no transporte público de São Luís (MA), destacando que a Prefeitura não tem conseguido resolver o problema. Relatou que, no último mês, o Município ficou longos períodos sem transporte público, agravando a situação na região metropolitana. Além disso, criticou o Prefeito Eduardo Braide pela concessão de subsídios a empresários e pelo uso de recursos públicos em medidas paliativas, defendendo providência estrutural que assegure maior eficiência ao sistema de transporte.

Chris Tonietto (PL - RJ) - A Deputada denunciou a corrupção sistêmica no País após divulgação de ranking da Transparência Internacional que coloca o Brasil entre as piores posições. Ademais, responsabilizou os sucessivos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) na Presidência da República pela corrupção, destacando escândalos como Petrolão, Mensalão, caso dos Correios, rombos em estatais, irregularidades no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o caso do Banco Master. Criticou também a Esquerda por agir com hipocrisia ao defender investigação enquanto não apoia a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Banco Master, sustentando que houve apoio recorde de assinaturas e que sua instalação precisa ocorrer de forma automática, conforme o Regimento Interno do Congresso Nacional. Além disso, ressaltou reportagem do jornal digital Poder360 sobre rombo fiscal superior a um trilhão de reais no Governo Lula, associando o quadro a gastos excessivos, má gestão e precariedade dos serviços públicos. Por fim, reforçou a defesa da instalação imediata da CPMI do Banco Master, afirmando que o Brasil precisa ser passado a limpo.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado denunciou propaganda eleitoral antecipada envolvendo a homenagem ao Presidente Lula em desfile de escola de samba no Rio de Janeiro (RJ), afirmando ter protocolado representação no Ministério Público Federal exigindo providências contra a Liga Independente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 7.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/02/2026

das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (Liesa), entre outras entidades. Defendeu ainda que eventual uso de recursos públicos para homenagear candidato à reeleição configura desvio de finalidade. Além disso, apelou ao Presidente da Câmara dos Deputados Hugo Motta pela instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do abuso de autoridade e criticou a não instalação da CPI da Lava Toga no Senado Federal. Alertou também para o avanço do Comando Vermelho em Angra dos Reis (RJ) e Paraty (RJ), cobrando providências do Governador do Estado. Por fim, condenou a legalização das apostas esportivas, afirmando que o setor movimenta cerca de R\$ 30 bilhões mensais e compromete a liquidez da economia nacional.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 21, de 2026, de sua autoria, que institui o Regime Especial de Tributação para Associações Desportivas (RETAD), com o objetivo de equilibrar o tratamento tributário entre associações civis desportivas e a Sociedade Anônima do Futebol (SAF). Explicou que o regime é opcional e permite o recolhimento unificado do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) à alíquota de 5% sobre a receita bruta, sem alterar a incidência do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) nem da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Destacou que o acesso ao RETAD exige investimentos mínimos em modalidades olímpicas e paralímpicas, além de requisitos de transparência e contabilidade segregada. Por fim, sustentou que a proposta fortalece o modelo associativo e preserva a base formadora do esporte nacional.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada celebrou a promulgação da Lei nº 15.241, de 2025, que institui o Dia Nacional do Acolhimento do Paciente Oncológico, a ser celebrado em 3 de março, bem como a Semana Nacional correspondente e a campanha Março Laranja. Ademais, destacou, como relatora da proposição na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), a relevância jurídica, social e humana da medida, afirmando que a iniciativa impõe ao Estado e à sociedade o dever de promover conscientização, mobilização e debate sobre as dificuldades enfrentadas por pacientes com câncer e seus familiares. Ressaltou ainda que o acolhimento deve constituir diretriz permanente das políticas de saúde, envolvendo atenção psicológica, estrutura adequada e empatia. Por fim, agradeceu a confiança da Casa e reafirmou compromisso com políticas públicas voltadas à dignidade da pessoa humana.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado celebrou a aprovação do Projeto de Lei nº 6.133, de 2025, que cria a Universidade Federal do Esporte (UFEsporte), em Brasília (DF). Destacou que a instituição deve integrar ensino, pesquisa e extensão, fortalecer a ciência aplicada ao esporte, qualificar profissionais de educação física, promover inclusão social e contribuir para a saúde pública, esporte escolar e de alto rendimento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 7.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/02/2026

Ressaltou ainda a possibilidade de abertura de campi em outras unidades da Federação, defendendo a descentralização do conhecimento. Ademais, enfatizou a necessidade de integração com o Comitê Olímpico, confederações, escolas públicas, projetos sociais e Forças Armadas. Ao final, alertou que a efetividade da universidade dependerá de orçamento adequado, gestão eficiente e governança transparente, para que não se torne estrutura ineficaz.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado defendeu a construção de texto legislativo para encerrar a jornada de trabalho 6x1, com regras de transição que conciliem redução da carga horária, proteção ao emprego e competitividade econômica. Destacou o apoio do Governo Lula ao debate e a necessidade de tratamento diferenciado para micro, pequenas e médias empresas e setores mais sensíveis. Apontou ainda estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) como subsídio técnico e propôs prazos graduais, fortalecimento da negociação coletiva, mecanismos de compensação e programas de qualificação e modernização. Sugeriu também monitoramento contínuo com indicadores de emprego e produtividade, reforço à fiscalização contra fraudes trabalhistas e incentivos à adoção de tecnologia. Concluiu defendendo consenso político para aprovar marco legal socialmente legítimo e economicamente sustentável.

ENCERRAMENTO